



I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014

POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO DIGITAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE¹

GUEDES, Gislaine Nunes de Oliveira – IFBA, gislaineifba@gmail.com²
BAQUEIRO, Dicióla Figueiredo de Andrade – IFBA, diciolabaqueiro@uol.com.br³
FREITAS, Meirielen Aparecida Gomes – IFBA, meiriengfreitas@gmail.com⁴
PINTO, Jucinara de Castro Almeida – IFBA, jucinara@ifba.edu.br⁵

RESUMO

A Inclusão Digital pode ser considerada como a democratização do acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação. Neste sentido, observa-se que as Políticas Públicas voltadas para essa temática, limitam-se à necessidade de preparar o cidadão para utilizar as ferramentas tecnológicas com o propósito de habilitá-lo para o mundo do trabalho. Contudo, é preciso extrapolar essa compreensão reducionista e admitir que incluir uma pessoa digitalmente não é apenas ministrar o estudo em informática, ou possibilitar o acesso a computadores conectados à internet e ao hardware, mas fazer com que esse conhecimento seja útil e tenha repercussões significativas em sua vida, não somente profissional, através da apropriação crítica. De outro modo, as Tecnologias da Informação e da Comunicação, assumirão um caráter excludente, aprofundando as desigualdades sociais. O artigo versará sobre as tecnologias da informação e comunicação e a sociedade do conhecimento tendo como objetivo analisar a importância das políticas públicas na consolidação da inclusão digital, focando na formação docente. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa descritiva, bibliográfica e documental. **Palavras chave:** Tecnologias; Políticas Públicas; Inclusão Digital; Formação Docente.

ABSTRACT

Digital inclusion can be seen as the democratization of access to Information Technologies and Communication. In this sense, it is observed that public policies focused on this issue, limited to the need to prepare citizens to use technological tools in order to enable it for the world of work. However, one must extrapolate this reductionist understanding and admit that include a person digitally is not only administer the study in computer science, or provide access to Internet-connected computers and hardware, but to make this knowledge is useful

¹ O presente trabalho é resultado parcial do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” realizado com apoio do programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

² Mestranda em Educação da UFBA/FACED e pesquisadora bolsista do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” financiado pelo Programa OBEDUC / CAPES.

³ Mestranda em Educação da UFBA/FACED, pesquisadora do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” financiado pelo Programa OBEDUC / CAPES.

⁴ Mestranda em Educação da UFBA/FACED e pesquisadora bolsista do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” financiado pelo Programa OBEDUC / CAPES.

⁵ Mestranda em Educação da UFBA/FACED, pesquisadora do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” financiado pelo Programa OBEDUC / CAPES.



I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014

and will have significant impact on his life, not only professional, through critical appropriation. Otherwise, the Information Technologies and Communication, assume an exclusionary character, deepening social inequalities. The article will focus on information technology and communication and the knowledge society aiming to analyze the importance of public policies in the consolidation of digital inclusion, focusing on teacher training. The methodological procedures were descriptive, bibliographical and documentary research.

Keywords: Technology; Public Policy; Digital Inclusion; Teacher Training.

INTRODUÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação - TIC estão presentes no cotidiano de quase toda a população, tornando o tema de inclusão digital um assunto necessário a ser debatido e apreciado pelas esferas públicas, tanto no aspecto de desenvolvimento de políticas públicas, desenvolvimento econômico, como nas questões sociais.

Ao longo dos anos, mais precisamente ao final da década de 80, a informática vem ganhando destaque no campo da educação devido à presença constante do avanço tecnológico e o advento da chamada “*sociedade de informação*”, isto faz com que as instituições de ensino procurem cada vez mais adequar suas estruturas e atividades educacionais para integrar essa realidade tecnológica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, 1996, preconiza a inclusão digital no processo educacional como uma necessidade da alfabetização digital em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior. Porém ainda existem muitas escolas sem computadores, sem acesso a Internet, e muitos professores que sequer conseguem ligar e/ou manusear uma máquina ou que se recusam a utilizá-la em suas aulas, demonstrando, assim, um completo distanciamento do mundo digital,

Esta realidade se contrapõe quando tomamos conhecimento sobre os dados crescentes de acesso as tecnologias da informação e comunicações (TIC's). Em julho de 2013, o número de acessos em banda larga ultrapassou 110 milhões. Este valor representa 39% de crescimento frente ao mesmo período do ano anterior. De acordo com a Telebrasil - Associação Brasileira de Telecomunicações, foram habilitados 31 milhões de novos acessos nos últimos doze meses. O ritmo de ativações é de 1,3 nova conexão por segundo. (BRASSCOM, 2013)

O Brasil encerrou 2012 com mais de 86 milhões de acessos à banda larga móvel, o que representa um crescimento de 110% em relação aos dados do final do ano anterior, de 41,1 milhões. Até 2014, após sediar a copa, este número deverá saltar para 124 milhões de acessos. No primeiro trimestre de 2012, a banda larga móvel cresceu 112,6% em comparação ao mesmo período de 2011, totalizando 52 milhões de acessos. Deste total, 43,5 milhões eram conectados por meio de aparelhos 3G, principalmente smartphones, enquanto 8,5 milhões foram por terminais de dados. Ao final de abril, eram 54,3 milhões, dos quais 45,7 milhões via aparelhos e 8,6 milhões por meio terminais de dados. (BRASSCOM, 2013)

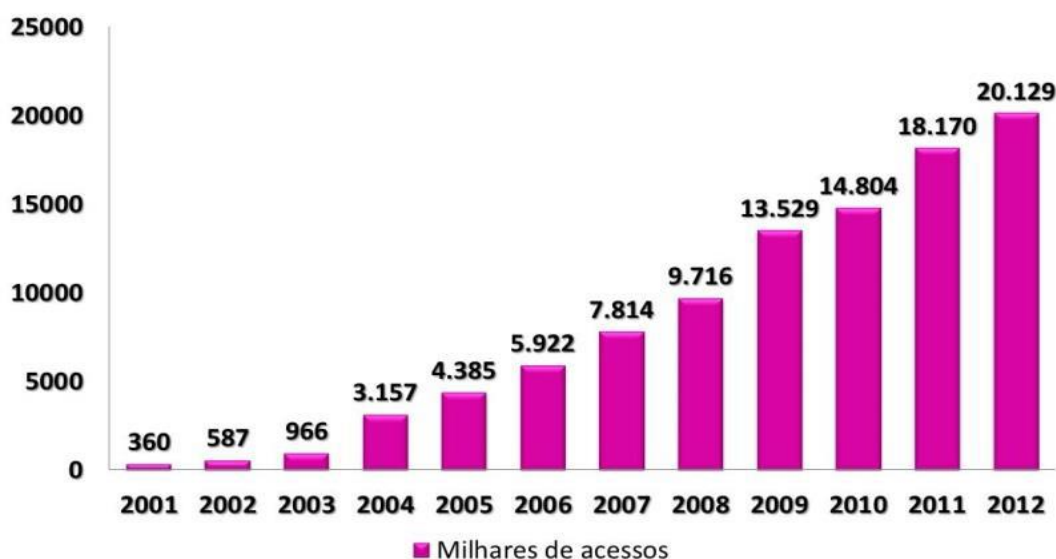


I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014

O Brasil, em números absolutos, foi o país que mais cresceu em acessos à banda larga fixa na América Latina, em 2012, se posicionando entre os 10 países com maior base de banda larga fixa no mundo, reporta ainda o comunicado da Telebrasil.

De acordo com pesquisa realizada pela Cisco, a taxa de crescimento do tráfego de dados no mundo deverá crescer 3 vezes até 2017, com crescimento de 23% a.a. Sobre a Banda Larga fixa, é previsto que haja crescimento na velocidade média de 5,5 Mbps para 14 Mbps no Brasil. Já a velocidade média da Banda Larga móvel, no Brasil, é estimado crescimento de 7 vezes até 2017, atingindo 1,6 Mbps.

Tabela 1 - Acesso no Brasil – Banda Larga Fixa.



Fonte: Atlas Brasileiro de Telecomunicações, sobre dados da Anatel (base dez/2012) e do IPC Maps 2012.(BRASSCOM, 2013)

De acordo com pesquisa divulgada pelo IBOPE Media, o total de pessoas com acesso à internet no Brasil em 2012, foi de 94,2 milhões, quase 50% da população brasileira e representa aumento de 2,4% em relação ao ano anterior.

Esse número considera as pessoas a partir de 16 anos de idade e que tenha acesso à rede em qualquer ambiente (domicílios, trabalho, escolas, lan houses, etc.), além de crianças e adolescentes (de 2 a 15 anos de idade) que têm acesso em domicílios.

Ainda é possível destacar o acesso através dos dispositivos móveis, que ao final de 2012, o Brasil contava com 261,81 milhões de acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP), tendo registrado crescimento de 8% em relação ao ano anterior, inferior ao observado em 2011. Em julho de 2013, o Brasil contabilizou 267 milhões de telefones móveis. A telefonia móvel está presente em todos os municípios brasileiros e há competição entre pelo menos três prestadoras em cidades que concentram 87% da população do Brasil.

De acordo com texto publicado na revista EXAME, o uso e disponibilização de *tablets* também apresentou crescimento no período (2011/2012), saindo de 1% em 2011 para 5% em



**I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014**

2012. Entre os usuários de internet, subiu para 26%, quase igual à média mundial de uso desses dispositivos, de 24%.

Estes dados nos revelam que a cada ano o número de acesso e do uso de dispositivos digitais cresce devido ao fato de empresas e governo migrarem informações e serviços para os meios eletrônicos, e o excluído digital passa a ter dificuldade para usufruir dos serviços e para exercer seus direitos de cidadão. O Brasil é um país onde os principais bancos brasileiros têm sistema de automatização de ponta há mais de 20 anos. Hoje um grande número de cidadãos fazem uso dos serviços de agências bancárias, e para isso necessitam de um mínimo de conhecimento para usar um caixa eletrônico. Outro fato relevante consiste do processo eleitoral brasileiro, que destaca-se como as maiores experiências do mundo em eleição eletrônica, além da declaração do imposto de renda via Internet. Quanto mais o governo adota os meios eletrônicos para se comunicar com os cidadãos e proporcionar seus serviços, mais se justificam as políticas de inclusão digital.

Este artigo pretende discutir as políticas de inclusão denominadas Programa Um Computador por Aluno – UCA e o Programa Tablet, ambos realizados e sob a responsabilidade do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Está estruturado em quatro seções: introdução; na segunda seção serão abordadas as políticas públicas de inclusão digital analisando a sua inserção na educação. Em seguida, discorre sobre a inclusão digital e o debate acerca da formação docente na área das tecnologias da informação e comunicação previstas no projeto UCA e Tablet. Na quarta seção serão apresentadas as considerações finais.

2 - ANÁLISE E DISCUSSÃO

As tecnologias sempre estiveram presentes nas atividades humanas e serviam ao propósito de facilitar o modo de viver do homem. Da mesma forma, surgiram as Tecnologias da Informação e Comunicação, que tiveram um surpreendente avanço após a descoberta dos circuitos integrados em 1958, dando origem ao chip. Com a produção em larga escala e a comercialização desse dispositivo, deu-se a corrida tecnológica com a revolução do software e do hardware.

Em 1969, foi criada a internet para fins militares dos americanos que pretendiam deter um sistema de comunicação imune a ataques nucleares e, por volta dos anos de 1990, esse sistema passou a ser comercializado.

Na década de 70 o uso de computadores adentra o espaço escolar por meio do ensino assistido e de outras experiências que buscavam demonstrar a eficácia desse equipamento no aperfeiçoamento da aprendizagem. No Brasil, o uso das tecnologias no meio educacional, inicialmente enfatizava o ensino à distância, através de programas radiofônicos e televisivos como o Movimento de Educação de Base, Ginásio Madureira, Telecursos de 1º e 2º Graus e TV Escola; esse último, utilizado para a formação continuada de professores. Em 1989, o



**I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014**

MEC instituiu o Programa Nacional de Informática na Educação (Proninfe), com o objetivo de promover o desenvolvimento da informática educativa e seu uso nos sistemas públicos de ensino. Outras iniciativas somam-se a essa, objetivando disseminar o uso de computadores e da internet como ferramentas potenciais para a aquisição de conhecimento, aspecto altamente valorado nessa nova sociedade.

Para Manuel Castells (1999), em “A sociedade em rede”, no fim do segundo milênio vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Segundo esse autor, essa revolução tecnológica remodelou a sociedade em ritmo bastante acelerado. Essas mudanças repercutiram impactando fortemente em diversos campos da vida, notadamente nas relações sociais e de trabalho.

A informação e o conhecimento passaram, então, a ser considerados primordiais nessa era que denominou-se como Sociedade da Informação ou do Conhecimento. Essa sociedade passou a ser caracterizada pelo uso intenso das informações oriundas do computador e das redes sociais. A habilidade de saber utilizar a inovação tecnológica aplicando-a ao conhecimento torna-se um importante atributo.

Nessa perspectiva, a valorização do homem passou a ser medida pela sua competência nos ambientes tecnológicos. Segundo Lévy (1999), novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. Por isso, é necessário discutir que na sociedade da informação, na era das redes, o conhecimento cresce mais aceleradamente quanto mais for compartilhado diz Pretto (2008). Disso decorre a urgência da inclusão digital, como um mecanismo de potencialização da informação e da difusão do conhecimento.

Apesar de diversas iniciativas governamentais em direção à inclusão digital, estatísticas evidenciam que uma grande parcela da população não tem acesso aos meios de comunicação em rede e às tecnologias digitais, quer seja pela situação socioeconômica, quer seja pela infraestrutura precária do nosso país, quer seja pelo alcance ainda inexpressivo das políticas públicas. Essa constatação torna-se ainda mais grave quando se analisa a formação e qualificação docente, verificando-se que as lacunas de formação nessa área, comprometem a habilidade cognitiva dos profissionais para lidar com o aparato da rede mundial, o que impacta, sobremaneira, na propagação desses meios como importantes ferramentas de aprendizagem e disseminação do conhecimento.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO DIGITAL

A política de inclusão digital do Governo Federal tem como diretriz principal promover o acesso e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação pelo conjunto da população. Neste sentido, nos últimos anos, alcançaram destaque as ações promovidas pelo governo em apoio a espaços públicos e comunitários de inclusão digital. Constituiu-se em um dos principais eixos dessa política o investimento em equipamentos, conexão à internet, recursos humanos e capacitação para apoiar a implantação de espaços coletivos de uso das tecnologias.



**I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014**

As políticas de inclusão digital devem permitir a inserção de todos na sociedade da informação. O PNE menciona o uso de tecnologias e conteúdos de multimídias na educação e ressalta o importante papel da escola como ambiente de inclusão digital, numa sociedade ancorada no trânsito da informação, por meio de tecnologias de comunicação e informação. Há ações que objetivam proporcionar laboratórios de informática a todas as escolas públicas dando acesso às novas tecnologias possibilitando a admissão nos movimentos de inclusão social, a fim de melhorar as condições de vida das pessoas.

No entanto, o que se percebe é que esta política não tem alcançado os efeitos desejados, visto que é absolutamente insuficiente colocar laboratórios de informática nas escolas, sem uma política de qualificação para seu uso. É claramente diagnosticada a fragilidade das escolas, no que se refere ao manuseio e manutenção dos equipamentos de informática, bem como, dos professores que, em sua maioria são considerados “analfabetos digitais”. É preciso que profissionais, possam dar assistência a professores, alunos e fazer a manutenção dos equipamentos, quando surgirem problemas técnicos.

Contudo, é importante desenvolver iniciativas de capacitação para professores, como estratégia para preparar e motivar os docentes a adotar novas maneiras de incrementar suas aulas, de atrair a atenção dos alunos e de promover, a partir do processo de inclusão digital, uma aprendizagem interativa e dinâmica.

2.2 PROJETO UCA, TABLET E FORMAÇÃO DOCENTE

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) contempla entre suas metas a disseminação do uso pedagógico da tecnologia digital. As ações previstas inserem-se no contexto político-pedagógico de qualificação da educação, construção das competências amplas da cidadania e do desenvolvimento humano.

O investimento em conhecimento e sua difusão no mundo produtivo e na sociedade são hoje as chaves para o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano. Fundamental nessa estratégia promover transformações na educação pública. A compreensão da equação tecnologia/desenvolvimento/educação levou o poder público a centrar preocupações na informatização da sociedade a partir da escola pública, com múltiplos objetivos: melhorar a qualidade do ensino em geral; possibilitar o ingresso desde os primeiros anos escolares na cultura digital; preparar cidadãos em melhores condições de inserção futura no mercado de trabalho.

Para o propósito do MEC de inserir tecnologias nas escolas públicas, o esforço atual deve ser acrescido do desafio de disseminar e promover o uso pedagógico do laptop educacional, estabelecido no Projeto Um Computador por Aluno (UCA).

Com esse programa, o governo federal propõe uma nova forma de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras, balizada pela necessidade de: **(a)** melhoria da qualidade da educação; **(b)** inclusão digital; **(c)** inserção da cadeia produtiva brasileira no processo de fabricação e manutenção dos equipamentos.



**I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014**

As ações previstas pelo projeto UCA não só se inserem no PDE como se integram ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) do Ministério da Educação, com o aproveitamento das iniciativas e bases existentes de gestão e formação estruturadas nos sistemas Núcleos estaduais e municipais de Tecnologia Educacional – NTE/M, descentralizados e distribuídos geograficamente, devendo se beneficiar das redes de formação de professores e dos núcleos de pesquisa em instituições de ensino superior.

A implantação do Projeto UCA em escala mais ampla pressupõe a existência de processos de formação dos recursos humanos envolvidos com sua operacionalização. Os educadores, essenciais nesta disseminação, serão os responsáveis por dinamizar a inovação na escola por meio de práticas educacionais que possibilitem novas e ricas aprendizagens aos alunos, aos professores, aos gestores escolares e às equipes técnicas, importantes na definição da gestão da tecnologia nas distintas dimensões de ação.

Pensar a formação para o uso pedagógico do laptop educacional em consonância com as características inovadoras e os princípios que fundamentam o Projeto UCA, significa atender aos professores, a equipe de gestão que norteia a ação educativa da escola, os técnicos das estruturas educacionais, que acompanham e orientam o trabalho das escolas, e as equipes das secretarias estaduais ou municipais de educação, que definem as políticas educacionais locais. Portanto, será necessário ampliar e enriquecer o repertório das dinâmicas e atividades pedagógicas dessa formação.

Outro ponto a ser ressaltado no projeto UCA refere-se à diversidade. Além desse aspecto observado nas escolas urbanas, o projeto deverá enfatizar a disseminação de uma sensibilidade pedagógica e uma abordagem diferenciada de formação dos educadores em relação às características das escolas públicas rurais. Ou seja, de acordo com as identidades e realidades dessas escolas, de modo que seja factível articular a visão local com a globalizada. Está prevista a seleção de, pelo menos, uma escola rural de cada estado na fase II do projeto UCA.

As ações de formação continuada para a fase II do projeto UCA deverão ter como metodologia a formação na ação presencial e a distância, tendo como eixos a realidade da escola e o contexto da sala de aula com a presença dos laptops educacionais e levadas em consideração as experiências de outros projetos educacionais que vêm sendo desenvolvidas no contexto urbano e no contexto rural ou do campo, as quais muitas delas já caminham no sentido das pedagogias ativas, enfatizando a aprendizagem.

Atualmente, cerca de 500 escolas do país contam com os laptops educacionais do UCA. O MEC calcula que 574 mil equipamentos foram adquiridos por meio do pregão do UCA, seja pelo próprio governo federal ou por prefeituras e governos estaduais - o número inclui máquinas que já foram solicitadas e estão a caminho das escolas. Considerando o total de matrículas na rede pública nos ensinos fundamental e médio, o número de estudantes que têm um computador em mãos hoje dentro da sala de aula representa menos de 2% das matrículas - se cada máquina estiver sendo utilizada individualmente, como previa o projeto original.

Às vésperas da chegada de uma nova tecnologia nas salas de aula das escolas brasileiras, ainda não há uma avaliação oficial dos resultados alcançados pelo UCA em termos de melhoria da qualidade do aprendizado. A percepção nas redes de ensino é que o



**I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014**

equipamento desperta grande interesse nos alunos e dá mais motivação, promovendo mais motivação, diz Gatti.

O uso de tablets no ensino público é outra ação do Proinfo Integrado, programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais.

Os tablets serão distribuídos para professores de escolas de ensino médio. Foram pré-requisitos para- definir por onde começar a distribuição de tablets: ser escola urbana de ensino médio, ter internet banda larga, laboratório do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e rede sem fio (wi-fi).

Para adquirir os tablets estados incluem o pedido de aquisição na adesão ao Plano de Ações Articuladas (PAR). Após a adesão e com a aprovação do PAR, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa recursos para os estados. São os estados que realizam a aquisição do equipamento diretamente com as empresas vencedoras do pregão.

2.2.1 FORMAÇÃO DOCENTE E USO DE TECNOLOGIAS

Sabemos que o processo de inclusão das tecnologias de informação e comunicação na educação tem relevância para educação e o processo de ensino aprendizagem. Mas isto não se trata apenas de disponibilizar a informatização da escola ou ensinar os alunos a usar o computador. A integração do computador ao processo educacional depende principalmente da atuação do professor e do envolvimento e apoio de toda a comunidade. (ALMEIDA, 1998).

Apesar de todo esforço por parte das esferas públicas da educação em ampliar o acesso e informatizar as escolas, possibilitando o desenvolvimento da inclusão digital e mesmo com todas as dificuldades técnicas encontradas, percebe-se ainda grande resistência de alguns professores em utilizar esta poderosa ferramenta nas suas práticas docentes. GATTI (2003. p. 53) apresenta algumas condições a esse respeito:

Sempre que uma inovação surge no horizonte dos educadores, observa-se, em algumas, deslumbramento em função das possibilidades aventadas por essas inovações e, em outros, ceticismo crônico provocado que pela decepção que professores diretores e técnicos em Educação vêm acumulando com as políticas e posturas educacionais mal implementadas ou descontinuadas pelos sucessivos governos, quer pela acomodação natural que temos a nossas funções e pelo incômodo que inovações podem provocar, na medida em que estas exigem alterações no comportamento e uso de espaço e tempo já bem cristalizados.

Nesta perspectiva observa-se que o profissional docente requer novas habilidades e competências para o desenvolvimento de suas funções, que vão além de transmitir conhecimentos, contudo se faz necessário criar espaços para reflexão, participação e formação continuada deste docente, a fim de promover a adaptação às mudanças.

Inúmeros pesquisadores apontam ainda que esta nova realidade oferece oportunidades e riscos, cabendo-nos preparar a nós mesmos e preparar os nossos discentes para o



**I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014**

desenvolvimento de habilidades necessárias para se inserirem na sociedade da informação. Mas isto é um grande desafio.

Sobre o preparo do aluno, Perrenoud (2000) nos propõe:

Formar para novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação [...] preparar para as novas tecnologias é, para uma proporção crescente de alunos, atingir mais plenamente os mais ambiciosos objetivos da escola. (PERRENOUD, 2000, p. 128)

Para Nóvoa, a formação do professor deve ser reflexiva e crítica sobre o fazer pedagógico.

A formação não se constrói verdadeiramente, por acumulação de cursos, de conhecimentos e de técnicas, mas sim através de um trabalho reflexivo e crítico sobre as práticas de (re) construção permanente de sua identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência. (NÓVOA, 1997, p. 25)

Sendo assim, o atual momento exige uma ativa participação da escola e dos professores na perspectiva de desenvolvimento da capacidade crítico-reflexiva da prática docente, que atenda às necessidades da nossa sociedade e que de certa forma proponha ações que visem à formação de cidadãos capazes de intervir nos rumos da sociedade. Para essa mudança é preciso redimensionar o modo de pensar e fazer a educação.

É preciso que haja uma interação ativa entre aluno e tecnologia, que devem ser mediados pelo professor, na construção dos conhecimentos e descobertas de habilidades, onde a tecnologia atue como suporte e não como elemento principal. É preciso ainda considerar o contexto pedagógico, social e as maneiras como as tecnologias são integradas aos alunos, pois elas podem ter um grande impacto na maneira como as pessoas pensam e aprendem, podendo sobremaneira, interferir no processo de aprendizagem. Neste contexto, faz-se necessário que os docentes estejam preparados para conduzir e acompanhar os alunos possibilitando por meio do fazer pedagógico uma compreensão melhor dos benefícios que podem ser extraídos das tecnologias em prol da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos inerentes à inclusão digital na sociedade da informação, percebe-se que a inclusão vai além de um acesso físico aos recursos técnicos, ou seja, computador e Internet. É preciso criar condições para fomentar um uso crítico, livre e inventivo em relação às tecnologias de informação e comunicação.

No Brasil, conforme aborda Baggio (2005), a distância entre providos e desprovidos de tecnologia digital contribui muito para o aumento da desigualdade social, numa época de



**I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014**

fortes inovações na área tecnológica. A devida inclusão digital da população mais carente permite uma nova perspectiva de vida, contribuindo para o bem estar das pessoas. Ações que possibilitem a referida inclusão contribuem diretamente para o bem estar das pessoas.

Diante de um cenário de mudanças sociais devido aos avanços tecnológicos, elaborar uma política firme de Inclusão Digital que contribua para disseminação do conhecimento é fator determinante para o desenvolvimento econômico, político e social do país e para a promoção de uma inclusão social justa e equilibrada.

Desse modo, a apropriação plena dos meios digitais exige mais do que o simples uso técnico das ferramentas, demanda outras habilidades como a capacidade de transformar a informação em conhecimento e de produzir conteúdos. Sendo assim, um ambiente que se propõe a promover a uma inclusão digital efetiva, precisa oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento dessas habilidades adicionais.

É preciso investir em espaços capazes de combater com eficácia a exclusão reunindo a conectividade, tecnologia da informação e da comunicação, além de recursos humanos que relacionados de maneira interativa e efetiva tornam-se capazes de gerar o conhecimento, valorizado na sociedade atual.

A formação para utilização do Laptop Educacional e do Tablet promove a discussão de novas estratégias de ensino e aprendizagem. Além disso, reconstrói a estrutura física e pedagógica da escola que trabalha o currículo com uma nova dimensão, o uso dos laptops na rotina escolar. A formação docente para o uso das tecnologias da informação e comunicação precisa ser refletida não apenas na questão de conhecer e manusear os computadores e as tecnologias neles disponíveis, mas em momentos de qualificação que proporcionem a discussão da aprendizagem voltada para realidade docente, do aluno e da escola.

É preciso pensar e planejar um período maior de adaptação aos dispositivos, a partir do reconhecimento das limitações existentes, compreendendo a importância do envolvimento dos professores, discentes e das instituições beneficiadas para que ocorra efetivamente o crescimento pessoal e profissional, além de investigar em métodos que sejam adequados a realidade local, antes de inseri-los na ambiência escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabete Biaconcini. **Tecnologia na Escola: Criação da Rede de Conhecimentos**. In: Boletim O Salto para o Futuro. Tecnologia na Escola. Brasília: 2001. (1998).

BAGGIO. **Inclusão digital: despreparo e assistencialismo são desafios no Brasil**. Disponível em http://oglobo.globo.com/tecnologia/mat/2005/03/28/inclusao_digital. Acesso em: 10/02/2014.



I Congresso de Educação Profissional e Tecnologias Aplicadas do
IFBA
Salvador / Bahia
26 a 28 de novembro de 2014

BAGGIO. **Mapa da exclusão digital**. Disponível em:
http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusão. Acesso em: 10/02/2014.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **A práxis pedagógica presente e futura e os conceitos de verdade e realidade frente às crises do conhecimento científico no século XX**.

GATTI, BERNARDETE A. **As Pesquisas Sobre Formação de Professores**. in Revista Educação Municipal. São Paulo: V. 01, no. 02, set.2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política**

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote/ Instituto de Inovação Educacional, 1997.

PERRENOUD, Phillip. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote. 1999. Petrópolis. RJ: Vozes, 1999.

PRETTO, Nelson; PINTO, Cláudio da Costa. **Tecnologias e novas educações**. Edufba: Salvador, 2008.

_____, **Sociedade da informação no Brasil : livro verde** / organizado por Tadão Takahashi. – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. xxv, 195p. : il. ; 26cm.

BRASSCOM – Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. **Mapa de Conectividade - Elaborado pelo departamento de Inteligência de Mercado BRASSCOM**. Setembro de 2013. Disponível:
www.brasscom.org.br/brasscom/Portugues/download.php?cod=530

BRASIL. Ministério das Comunicações. Secretaria de Inclusão Digital. **Programa Computadores para Inclusão - Documento Propositivo**. Outubro/2012. Disponível:
http://www.computadoresparainclusao.gov.br/media/anexos/documento_propositivo_v2012.pdf.